



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Depoimento nº: 004/17

Data: 10/07/2017

Local: Câmara dos Deputados

Duração: 1h

COLABORADOR

MARIA CÉLIA BEZERRA DE MENEZES - Jornalista do programa *A Voz da Constituinte*.

SUMÁRIO

Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.

TÓPICOS

1. Vida: síntese. 2. Formação e participação política. 3. O curso na UnB. 4. Experiência profissional geral. 5. A experiência na EBN. 6. Uma matéria de impacto. 7. Trabalhar na Constituinte. 8. A Constituinte e seu Timoneiro. 9. O Centrão. 10. Grupos de Pressão. 11. Temas Fundamentais. 12. A polêmica do tabelamento dos juros. 13. A participação popular. 14. O tamanho da Constituição. 15. A atuação no programa *A Voz da Constituinte*. 16. A importância de *A Voz da Constituinte*. 17. *A Voz da Constituinte* e *A Voz do Brasil*. 18. Critério jornalístico. 19. A organização do trabalho. 20. Sem censura. 21. A obrigatoriedade do programa. 22. A rotina pessoal do trabalho. 22. Avaliação da Constituinte. 23. Avaliação da Constituição.

1. Vida: síntese

Nasci em Belo Horizonte, mas com 15 dias de nascida fui para o Rio de Janeiro, onde meus pais já moravam. Lá vivi até os 21 anos, quando meu pai, que era funcionário público civil, foi transferido para Brasília em 1973, justamente no ano em que fiz vestibular. Fui aprovada na UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro e vim transferida para a Universidade de Brasília — UnB. Comecei o curso em 1974.



Fiquei em Brasília, onde comecei a trabalhar e me formei. Depois morei em Maceió durante dois anos, voltei para Brasília e estou aqui até hoje.

2. Formação e participação política

Fiz o primário, o ginásio, o clássico no Rio de Janeiro, em escola pública. Fiz tudo em escola pública, que era da melhor qualidade. Estudei em várias escolas. Estudei no Colégio Luís de Camões, no Colégio Ferreira Viana. Estudei em vários colégios públicos, porque eram o melhor ensino que tínhamos. Isso foi umas das coisas que aquele período também cortou, porque o ensino público caiu muito. As minhas filhas já estudaram em escola particular, porque o ensino caiu muito. Agora está havendo um retorno, até por questão financeira.

Venho de uma história de movimento estudantil quando eu era secundarista, no Rio. Particpei do movimento estudantil. Fui representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas no meu colégio — eu cursava o ginásio, por volta de 1968, 1969. Naquela época, corri bastante de polícia, particpei de muita passeata, pichei muito muro. Várias coisas eram muito comuns na época, panfletagem, aquela coisa toda. E, naquele idealismo da juventude, acreditávamos que podíamos mudar.

Depois disso, as coisas foram ficando mais pesadas. Eu tive muitos amigos desaparecidos, mortos, porque já estavam se envolvendo com coisas, vamos dizer assim, mais voltadas para a luta armada. Fui convidada a participar, mas não quis, porque tenho pavor de arma. Não foi por falta de idealismo, mas porque achava também que não seria o melhor caminho.

Essa experiência de movimento tenho dessa época de mais jovem. E procurei, com o meu trabalho, também contribuir para a volta de um Estado de normalidade democrática, Estado de Direito. Nós, que passamos por isso, sabemos exatamente o que é não ter isso.

3. O curso na UnB

Estudei na UnB quando houve a greve de 1977. Pegamos um período bastante ruim. Na greve de 1977, “leve pau” — como dizemos — em cinco matérias. Minha Média Global Acumulada, que estava lá em cima, foi lá para baixo. Mas consegui me



formar em julho de 1978. O reitor era um Capitão de Mar e Guerra, o Dr. Azevedo¹. Para se ter uma ideia, eu fazia o curso de Comunicação e ele fechou o laboratório de fotografia, para que não usássemos o equipamento. Então, eu me formei sem saber fotografar, uma vez que a disciplina nunca foi oferecida. O reitor mandou fechar o laboratório, enviando o equipamento todo para o Departamento de Pedagogia. Ele tinha certa implicância, vamos dizer assim, com a Comunicação e com a Arquitetura, que eram os cursos que cobravam mais liberdade, isto é, um ensino como realmente deveria ser. Passamos por um período difícil.

Também vivemos períodos muito difíceis com a invasão da Universidade. Ficamos cercados um dia inteiro — havia helicópteros e tudo². Foi um período muito difícil. Para quem não viveu a ditadura militar, hoje é muito fácil pedir a volta dos militares. Acho que foi um período de muita truculência, e não apenas física, mas também mental, pela falta de acesso à informação, pela falta de acesso à cultura, porque tudo era proibido. Todo mundo se lembra de que o *Estadão* publicava receitas, poemas, porque não havia liberdade sequer para discutir. Então, a Constituinte foi a grande porta que se abriu para isso.

Depois que eu saí da faculdade, em 1978, a primeira vez que eu usei os verbos “discordar” e “divergir” foi durante a abertura democrática. Eu não podia nem discordar nem divergir. Quando digo “eu”, isso significa o todo: a sociedade não tinha esse direito. Ficou bem claro em cada ponto, em cada parágrafo da Constituição, que não queremos mais isso.

4. Experiência profissional geral

Fiz Comunicação, com especialização em Jornalismo, na UnB. Eu me formei em 1978. Ainda na faculdade, já comecei a exercer a profissão. Fui *freelance* da revista *Veja* no início do curso. Depois trabalhei em vários veículos. Trabalhei na *TV Bandeirantes* e acabei me fixando mais na empresa pública. Trabalhei na *Rádio*

¹ José Carlos de Almeida Azevedo (1932-2010) foi reitor da UnB por dois mandatos consecutivos, de 25 de maio de 1976 a 12 de março de 1985. Cf. Universidade de Brasília. Ex-Reitores. <https://www.unb.br/estrutura-administrativa/reitoria/2-publicacoes/632-ex-reitores>

² “Novamente, em 6 de junho de 1977, tropas militares invadiram a UnB, prenderam estudantes e intimaram professores e funcionários. O estopim, dessa vez, foi a greve que estudantes e professores declararam para dar um fim às agressões que sofriam.” Universidade de Brasília. Invasões históricas. <https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>



Nacional, trabalhei no *Correio Braziliense* e em vários outros lugares. Quando voltei de Maceió, eu me fixei na EBN — Empresa Brasileira de Notícias, que foi extinta em 1987. Ela se fundiu à antiga RADIOBRÁS e hoje é a atual EBC — Empresa Brasileira de Comunicação.

Nesse período todo, passei um tempo na redação, depois fui chamada para cobrir a Constituinte em 1987, por volta do mês de agosto, quando já havia acabado o trabalho das subcomissões. Aqui, cobrindo pela EBN, fui chamada para *A Voz da Constituinte* por uma amiga, a Ana Felícia Linhares, que era editora do programa. Assim, acabei acompanhando todo aquele processo até a promulgação da Constituição. Gostei tanto que depois continuei cobrindo o Congresso.

Trabalhei no mínimo uns 10 anos cobrindo o Congresso. Lembro do clima de cordialidade entre os colegas, de uma ajuda mútua. Havia um clima de muita solidariedade, porque era muita coisa para o jornalista cobrir. O Congresso são duas Casas nas quais tropeçamos em notícias. Não há como o profissional cobrir tudo sozinho. Havia dia em que eu tinha dois fatos para cobrir e ia descobrindo mais uns três ou quatro. Então, trabalhávamos em esquema solidário, um avisava ao outro o que estava acontecendo.

5. A experiência na EBN

Na EBN, a gente tinha uma pauta de cobertura. Éramos vários, havia uma equipe imensa distribuída. Havia uma pessoa que só cobria o Dr. Ulysses³, que era o Iolando Lourenço. Ele ficava responsável por fazer essa cobertura. Havia o pessoal que ficava nas Comissões, havia o pessoal que ficava no plenário e ia se revezando, ficava lá em baixo e ficava lá em cima. Havia o pessoal que cobria os bastidores, as reuniões. Não sei dizer quantos, mas havia um batalhão de repórteres. Além disso, a gente ficava em contato o tempo todo com os editores na redação. Não lembro exatamente quantos eram, mas sei que, no meu horário, que era o da tarde, eram

³ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, 1987-1988.



aproximadamente uns dez repórteres. Nessa época, não havia celular, não havia computador, não havia nada. A gente tinha de datilografar, passar pelo telex, e mandar para eles, ou então falar por telefone. Se fosse uma coisa muito importante, a gente passava um *flash* por telefone. Mas era uma equipe grande.

Eu trabalhava para a agência de notícias, que distribuía para os jornais. O pessoal distribuía o nosso material, que ia para os jornais, rádios, TVs. Ele era muito bem aproveitado, principalmente no interior, porque nem todo mundo tinha correspondentes aqui. Havia a agência dos *Diários Associados*, cujo nome eu não lembro, havia a agência United Press International (UPI). Eram várias agências de notícias. Mas a nossa tinha uma cobertura muito ampla, muita gente assinava, e o serviço era gratuito também. A gente disponibilizava fotos e matérias. O serviço era bastante usado.

A cobertura da imprensa foi excelente, porque todo mundo procurava explorar bastante a coisa do dia a dia como algo a mais, que não houvesse sido contemplado pelo texto. Acho que a melhor cobertura que já vi aqui no Congresso foi a da Constituinte. Chegava ao Comitê de Imprensa⁴ muita coisa, discursos. A gente tinha disponibilidade de qualquer coisa que precisasse, tinha acesso. Foi muito bem organizado. Em suma, o trabalho funcionava.

Depois da Constituinte, continuei na cobertura diária do Congresso. Na verdade, gostei da política. Achei bom estar aqui no meio da política. O acesso era muito bom. Os meus editores acharam que eu havia desempenhado bem a minha função na Constituinte, e continuei. Depois me mandaram para o Palácio do Planalto, mas implorei para voltar para cá, porque não aguentava ficar confinada naquele comitê de imprensa. Aqui andava para cima e para baixo, tinha acesso a tudo, conhecia muita gente. Por isso, optei por ficar aqui. Depois, em 1994, quando sofri um acidente e fiquei um tempo sem poder andar, voltei para a redação e parei com a reportagem. Fiquei como editora na redação até me aposentar.

⁴ O Comitê de Imprensa é o órgão representativo dos jornalistas profissionais que cobrem as atividades da Câmara dos Deputados. É integrado por todos os jornalistas e profissionais de imprensa credenciados na Câmara com base nas normas expedidas pela Mesa Diretora da casa. Por extensão, é também como se denomina o espaço onde esses jornalistas são alocados na Câmara dos Deputados.



6. Uma matéria de impacto

Eu acho que foi uma matéria que fiz com o Collor⁵, na Casa da Dinda⁶, quando eu perguntei a ele algo sobre uma declaração do representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), e ele soltou os cachorros⁷. Aí todo mundo veio me perguntar se a pergunta havia sido encomendada. Eu disse: *“Não, foi o que me veio na cabeça mesmo”*. Foi uma matéria que surpreendeu todo mundo, porque eu era de uma agência do Governo e fiz uma pergunta daquelas para ele. O pessoal de revista começou a ligar para a minha casa e eu disse: *“Não, não vou falar nada, não. Veio a pergunta e já foi”*. Essa matéria foi surpreendente até para mim, porque não achava que ia causar tanto impacto. Enfim, houve várias ocasiões, várias coisas. Mas, de pronto, eu lembro dessa matéria que causou uma repercussão que realmente me surpreendeu.

7. Trabalhar na Constituinte

Na Constituinte, o clima de solidariedade era muito, mas muito sólido mesmo, porque as pessoas sabiam que precisavam trabalhar em equipe. Como tudo era muito importante, não podíamos nos dar ao luxo de perder os fatos, para não esconder a matéria do outro. Como todo mundo tinha acesso a tudo, fazíamos isso de forma a se distribuir o trabalho. As equipes eram grandes, mas mesmo assim ainda havia muita coisa. Trocava-se muita informação. Havia um clima extremamente bom de coleguismo.

Tínhamos acesso a todas as coisas. Nada nos era negado. Convivíamos com todos os segmentos da sociedade que vinham aqui fazer suas propostas, suas demandas. Num dia de manhã, por exemplo, eu tanto falava com algum representante dos trabalhadores rurais como falava com o pessoal da União Democrática Ruralista - UDR, que eram os ruralistas. Isso criava uma diversidade muito grande. Tivemos uma experiência riquíssima.

⁵ Fernando Afonso Collor de Mello, presidente do Brasil de 15/03/1990 a 02/10/1992.

⁶ Residência da família Collor de Mello no Lago que se tornou em moradia oficial durante o governo Collor.

⁷ Sobre o tema, v. “Collor larga estilo soft e manda o FMI ‘reformatar a casa dele’”. **O Globo**, 19 de julho de 1991, p. 17; e “Collor quer que FMI mude negociador”. **O Globo**, 22 de julho de 1991, p. 8.



A Constituição marcou exatamente a consolidação da redemocratização do País, da participação popular, que estava negada há tantos anos. Com isso, o Congresso vivia cheio de gente o dia inteiro — de petroleiros, de trabalhadores, de artistas, de gente de todo o tipo. Aquela foi uma época muito rica, muito importante para todo o País e para nós, particularmente, que privamos desse convívio. Foi realmente algo espetacular. Considero o trabalho de jornalista constituinte o meu melhor trabalho.

8. A Constituinte e seu Timoneiro

Contra a Constituinte não havia ninguém. Todo mundo era a favor, só que cada um defendia seus pontos de vista, os mais favoráveis para a sua categoria. Havia o pessoal que lutou e conseguiu reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas. Foi um movimento muito forte. Havia o trabalho pelo voto para o analfabeto, abrir os votos, porque eles não tinham direito de votar e passaram a ter.

Mas as coisas mais difíceis mesmo, que eu me lembre, se referiam à parte agrária, que eram movimentos bem posicionados no seu ponto de vista: os ruralistas não querendo, e os trabalhadores rurais querendo abrir mais espaço. A reforma agrária sempre foi uma questão muito conflituosa. Houve grandes embates, mas acabou prevalecendo o bom senso. Muita coisa ficou para ser regulamentada depois, e até hoje ainda nem foi regulamentada.

Mas o clima em geral não era de animosidade. Cada um queria conquistar os seus direitos, com os mais liberais enfrentando os grupos conservadores. Mas nós tínhamos uma pessoa que conseguia equilibrar tudo, que era o Dr. Ulysses Guimarães. Ele era mesmo, como o pessoal o chamava, um grande timoneiro. Ele sabia direcionar. Quando a coisa ia muito para o lado de cá, ele ia administrando. Nós tínhamos quase que uma adoração por ele, porque estava sempre muito disponível para nós, dava-nos aulas sobre política e nos explicava por que estava insistindo naquilo. E pelo fato de ele ficar horas e horas — às vezes 12 horas — sem levantar nem para ir ao banheiro, a gente dizia: *“Como é que ele aguenta com a idade que tem?”* E ele só dizia: *“Vamos votar, vamos votar, vamos votar”*. Aquilo incentivava a persistir não só os constituintes, mas todos nós que cobríamos a Constituinte. Não



havia cansaço. Havia uma vontade de transformar aquela realidade, de construir alguma coisa juntos. Isso a gente deve fundamentalmente a ele.

O Dr. Ulysses Guimarães era a grande estrela da Constituinte, por mérito próprio e pela influência grande que tinha sobre os deputados. Uma coisa me impressionava muito. Sexta-feira é um dia difícil de ter quórum até hoje. Essa briga pelo quórum existia também na Constituinte. Mas ele fazia apelos aos constituintes e conseguia quórum, às vezes, até no fim de semana. Quando o assunto era muito urgente, ele conseguia isso de uma forma que impressionava a gente.

Como ele conseguia isso? Era a arte da política. Ele ensinou a arte da política. Por isso havia essa admiração toda em torno dele. Ele sabia exercer a arte da política, dirimir dúvidas, quebrar resistências, ficar bem tanto com o pessoal mais conservador quanto com o pessoal mais de vanguarda. Conseguia manter o equilíbrio para que as coisas funcionassem. Por isso, ele se tornou aquela pessoa que todo mundo admirava. Você podia até discordar dele, mas você o admirava pela capacidade que ele tinha de conduzir um trabalho tão importante como aquele. Foi uma época difícil também, porque havia certo conflito entre ele e o Governo Federal. Essa coisa da ingovernabilidade vinha muito do Executivo. Houve uma administração muito delicada, embora tudo de que não se precisasse naquela época era um confronto entre os Poderes.

Havia outras lideranças. Havia uma pessoa que hoje não está mais aqui, mas que era bastante elogiada na época pelo conhecimento do Regimento Interno — uma coisa complicadíssima, que eu passei a entender um pouco —, que foi o Deputado José Genoíno⁸. Ele merecia altos elogios do Dr. Ulysses, pelo conhecimento, pela assiduidade. Havia outros líderes: o Senador Mário Covas⁹, o Senador Fernando Henrique¹⁰, o então Deputado Luiz Inácio Lula da Silva¹¹, que também era muito

⁸ José Genoíno Neto. Deputado Federal, 1983-1987, SP, PT; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PT; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PT; Deputado Federal, 1995-1999, SP, PT; Deputado Federal, 1999-2003, SP, PT; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PT; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PT.

⁹ Mário Covas Júnior (1930-2001). Deputado Federal, 1963-1967, SP, PST; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB. Senador, 1987-1995, SP. Governador de São Paulo, 1995-2001.

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso. Senador, SP, 1983-1987; 1987-1994; 1987-1995. Ministro das Relações Exteriores, 1992-1993. Ministro da Fazenda 1993-1994. Presidente do Brasil, 1995-2003.

¹¹ Luiz Inácio Lula da Silva. Luiz Inácio Lula da Silva. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PT. Presidente do Brasil, 2003-2011.



elogiado pela sua assiduidade. Havia pessoas de vários partidos, sem discriminação. O Dr. Ulysses era uma pessoa muito afável até com os seus adversários. Conseguia manter isso. Não privilegiava alguém porque era do partido dele. Deixava que as coisas fluíssem e procurava o bem comum. Qual era o objetivo? Era fazer uma Constituição representativa do País. Isso passou para todos, independentemente da posição política de cada um.

9. O Centrão

O pessoal do Centrão era o Robertão¹². Se não me engano, havia outro cujo nome não estou lembrando agora, mas o Robertão era a figura mais emblemática. Ele era bravo, mas dava para a gente conversar com ele — dava para a gente conversar. Podíamos discordar absolutamente dele. Ele sentava no Comitê de Imprensa e esbravejava, mas dizia o que pensava. Como nós tínhamos ampla liberdade para dizer o que quiséssemos — não havia censura aqui, nem nos noticiários como o nosso, das empresas, nem no programa *A Voz da Constituinte* —, tínhamos o dever de reportar o que o entrevistado dizia. O Centrão tinha aquela posição bem marcada, conservadora. Isso tinha que ser mostrado e nós mostrávamos, sem nenhum preconceito.

10. Grupos de Pressão

Havia vários grupos de pressão. Havia grupos de direita, de esquerda, de centro, de tudo. A gente convivia com todos eles. Alguns eram mais agressivos do que outros. Havia um pessoal particularmente mais agressivo, que era o pessoal da UDR. Eles eram mais agressivos quando a gente questionava algumas coisas que eles consideravam que não tínhamos o direito de questionar. A gente até passou algumas vezes por apuros, outras vezes houve ameaças veladas.

Havia também os grupos de trabalhadores. Os petroleiros eram um grupo muito forte, muito forte mesmo, mas que negociava. A palavra de ordem era negociação.

¹² Roberto Cardoso Alves (1927-1996). Deputado Federal, 01/02/1967-16/01/1969, SP, ARENA; Deputado Federal, 01/02/1979-31/01/1983, SP, MDB; Deputado Federal, 01/02/1983-31/01/1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 01/02/1987-16/08/1988, 15/03/1990-31/01/1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 01/02/1991-21/12/1994, SP, PTB. Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, 1988-1990.



“Temos que negociar o que for melhor para nossa categoria.” Eles faziam pressão, sim. Eram os *lobbies*, os *lobbies* que existem até hoje. Os *lobbies* na Constituinte eram bem mais fortes, porque estavam se definindo direitos e deveres. Do que eles conseguissem ali ia depender um monte de outras coisas.

A gente enfrentou muita coisa, digamos, mais severa, mas nada do tipo perigoso. Era cada um defendendo o seu, com suas armas.

11. Temas Fundamentais

Os temas fundamentais para a Constituição foram os direitos e garantias individuais, porque asseguravam aquilo relacionado ao contexto em que a gente estava vivendo: uma volta à democracia. Havia um medo muito grande de que acontecesse de novo o que havia ocorrido na época da ditadura: pessoas que sumiam, que não tinham direitos, que não precisavam de documento nenhum, de nenhum pedido de ordem de prisão, de nada, para serem retiradas de casa.

Os direitos e garantias individuais, os direitos sociais, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a redução de jornada de trabalho, a organização do Estado, o fim da censura, tudo isso foi muito importante. As bases do Sistema Único de Saúde - SUS foram estabelecidas pela Constituição. Há muita coisa que até hoje a gente nem sabe que foi construída naquela época, como em educação e saúde, que são fundamentais, principalmente os direitos sociais.

Havia os instrumentos que o Dr. Ulysses chamava de “remédios constitucionais”, como o *habeas data*, pelo qual você tinha direito a buscar informações sobre você mesmo. Eu nunca pedi isso. Qualquer dia ainda vou pedir, só para ver o que consta sobre mim lá para trás. Havia o mandado de injunção. Mesmo que o artigo não fosse regulamentado, você podia entrar com esse mandado, você podia ter direito até a regulamentação daquela determinação constitucional. Havia várias coisas, como o *habeas corpus* e, enfim, tudo o que havia sido retirado durante a ditadura e mais algumas coisas.

12. A polêmica do tabelamento dos juros



Houve vários episódios interessantes. Houve um episódio de certa confusão no plenário que teve que ser administrado, porque havia aquele recurso da retirada ou da obstrução. Muitas vezes, isso teve que ser retirado. Eu me lembro de uma grande polêmica sobre uma questão que foi até mudada na Constituição: a dos juros de 12%, uma proposta de autoria do Deputado Fernando Gasparian¹³. A maioria não queria esse tabelamento, dizia que ele era inviável. Isso acabou sendo retirado do texto. Ficamos o dia inteiro por conta disso, foi muito complicado. Eu entrevistava o Fernando Gasparian, entrevistava outro, e o pessoal não queria deixar passar. Quando passou, foi suado. Mas depois acabou caindo — bem depois. A votação daquelas cláusulas que não podem ser mudadas, as cláusulas pétreas, foram debatidas exaustivamente. Isso ocorreu justamente quando comecei a cobrir. Alguns achavam que não havia necessidade daquela coisa toda. A insistência que havia era a de que não podíamos deixar isso acontecer novamente. Houve vários episódios. Mas, como faz muito tempo, a gente perde a noção.

13. A participação popular

A participação popular era incrível, as galerias viviam cheias. Quando foi votado o mandato de cinco anos, no Governo Sarney — agora não estou lembrando se isso foi nessa época ou depois —, o pessoal das galerias atirou moedas no plenário. Esse dia foi realmente especial porque, quando foi aprovada a emenda que aumentava o mandato de quatro para cinco anos, as galerias se manifestaram. Nós não, porque estávamos ali só cobrindo. Talvez intimamente nós tivéssemos nos manifestado, mas profissionalmente não. Mas foi um dia muito ruim porque ali se colocava o que se coloca até hoje: que as pessoas votam de acordo com o que lhes é oferecido.

14. O tamanho da Constituição

A Constituição é extensa. Todo mundo reclama muito e diz que ela é muito grande, que ela não precisava ser detalhada. A gente passou 21 anos sem ter direito a nada — volto a repetir isso. O que hoje parece excesso, na época era até pouco. É

¹³ Fernando Gasparian (1930-2006). Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB.



como quando você se vê acuado e diz: “*Eu tenho que me cercar para que não me aconteça isso de novo*”. O próprio discurso da promulgação da Constituição fala nisso. Ele tem aquela expressão que ficou marcada para todos nós: “*Temos ódio e nojo da ditadura*”¹⁴, seja ela qual for, de direita ou de esquerda, militar ou civil, aquela ditadura que some com pessoas, que mata pessoas, que impede que você expresse o seu modo de ver as coisas. Eu acho que o grande momento da Constituinte é determinar: “*Não queremos mais um regime de força*”.

Já ouvi, em vários momentos, que o País está ingovernável, é ingovernável. Atualmente a gente ouve isso. Ingovernável é você pode estar meio à deriva. Mas ingovernável?! A Constituição não torna nada ingovernável. Pelo contrário, ela estabelece os parâmetros para que seja governável. E você vai aparando as arestas, vai ajustando à realidade. O que não era demais num momento pode ser demais hoje. Então, será ajustado. Para isso existem as leis complementares e tudo isso.

Agora, vejo que depois já houve uma revisão constitucional, que eu ainda cobri aqui, e sinto que ainda deve haver mais algumas. Há gente já pregando uma nova Constituinte. Acho que isso não é necessário, porque essa nem foi toda implementada. Acho que primeiro vamos fazer o que já está feito, não é? Foi um período muito difícil. Se dependesse do Governo Federal naquela época, não teria havido tanto avanço na Constituição.

15. A atuação no programa *A Voz da Constituinte*

Eu já estava fazendo cobertura pela EBN na época. A Ana Felícia Linhares, que era editora do programa *A Voz da Constituinte*, gostou do meu trabalho. Ela acompanhava, via as matérias que fazíamos, porque escrevíamos no espaço onde era *A Voz da Constituinte* ou no Comitê de Imprensa. Quando não havia lugar no Comitê, íamos para a sala do programa *A Voz da Constituinte*, que ficava aqui no corredor das Comissões. Ela gostou e me perguntou se não queria trabalhar no

¹⁴ “Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.” Ulysses Guimarães. Discurso proferido na sessão de 5 de outubro de 1988, publicado no DANC de 5 de outubro de 1988, p. 14380-14382. <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/308anc05out1988.pdf#page=6>



programa. Como jornalista está sempre precisando de grana, respondi: “*Estou dentro!*” Aí passei a fazer parte da equipe.

A equipe era composta pela editora Ana Felícia Linhares; a Bia Reis, já falecida, que editava junto com a Ana Felícia; o Harrison Reis, que era o nosso apoio, resolvia tudo para nós; e a Teresa MacDowel, outra repórter, que também já faleceu, e a Daisy Nascimento. Todas as pessoas que trabalhavam na EBN colaboravam também, quando, por acaso, não podíamos cobrir algo, porque a nossa equipe era menor, nos davam as informações para que pudéssemos fazer mais coisas. Era um clima de bastante solidariedade mesmo, isso é importante salientar. Tanto é que, no final do primeiro turno, a gente virou a noite. A gente saiu daqui às 9 horas da manhã do dia seguinte e o programa saiu muito bom. A equipe era pequena.

Todo mundo dividia o mesmo sanduíche quando não dava tempo de comprar mais, o cafezinho, dividia as informações.

16. A importância de *A Voz da Constituinte*

O programa *A Voz da Constituinte* era todo feito aqui e era transmitido por várias rádios do País inteiro. Acho que foi uma coisa muito boa, porque havia locais em que não chegavam as informações. Pelo programa *A Voz da Constituinte*, muita gente ficou sabendo do que acontecia, porque ele era muito explicativo, era muito didático. A gente procurava falar do que se estava passando numa linguagem que todo o mundo entendesse. Se você estivesse lá no interior do Amazonas, pensaria: “*Poxa, o que é isso que eles estão discutindo?*” Então, a gente procurava fazer exatamente dessa forma, como se a gente estivesse conversando com as pessoas. Era um diálogo que a gente tinha diariamente com as pessoas, nos dois blocos.

O programa era retransmitido. Várias emissoras o retransmitiam, pelo que tenho conhecimento. Eu não ouvi, mas tinha conhecimento, porque os editores nos informavam do aproveitamento, que foi muito grande, principalmente, como falei, nas regiões mais distantes, que ainda hoje não têm acesso aos veículos de comunicação. Há alguns lugares onde a informação não chega mesmo. Para essas pessoas era de interesse fundamental saber que se estava discutindo uma coisa que ia mudar a realidade delas também.



Acho que o programa ajudou principalmente para que as pessoas tivessem consciência da importância da Constituinte, da importância de se fazer isso, porque era um tema meio vago, não é? O que é uma Constituinte? O que é uma Constituição? Muita gente não sabe o que é a Lei Maior. Acho que ele foi muito instrutivo para as pessoas e serviu para conscientizá-las muito do que era o País, do que o País precisava naquele momento, até para discordarem e ter mais participação, porque eu digo que a marca dessa Constituinte foi a participação popular, inclusive com várias propostas oriundas da população. Foi muita coisa.

17. *A Voz da Constituinte e A Voz do Brasil*

Os trabalhos da *Voz da Constituinte* e da EBN eram independentes. *A Voz da Constituinte* era subordinada à Câmara, ao Deputado Marcelo Cordeiro¹⁵. E na EBN o meu trabalho era à parte. A gente só dividia o mesmo espaço, mas eram coisas separadas.

O programa *A Voz da Constituinte* era bem diferente do programa *A Voz do Brasil*. *A Voz da Constituinte* era mais descontraída a linguagem, era mais solta, era mais leve. Era gostoso de ouvir. Até para a gente que era jornalista, o programa era bom de ouvir, porque a gente é muito crítica sobre o que faz. Mas, as poucas vezes que o ouvi, achei ótimo e achei que as pessoas estavam entendendo o que a gente queria dizer.

A gente não interagiu com o programa *A Voz do Brasil*. Como o trabalho da gente era só externo, na reportagem, essa parte seria com os editores. Não me lembro disso, mas provavelmente devem ter aproveitado muita coisa. A locução da *Voz da Constituinte* era feita era da própria Câmara, eu acho. Na verdade, a gente não tinha nem tempo de ouvir. Como estávamos sempre na cobertura, não tínhamos tempo. O pessoal dizia: “*Olha, foi legal, o pessoal gostou do programa*”. Eu mesma acho que, se ouvi uma ou duas vezes, foi muito, porque a gente estava sempre trabalhando.

18. Critério jornalístico

¹⁵ Marcelo Ribeiro Cordeiro. Deputado Federal, 1979-1983, BA, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, BA, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, BA, PMDB. Primeiro-Secretário na Assembleia Nacional Constituinte.



A gente é humana, não é? Não tem como a gente não se posicionar. Mas, na hora de escrever, a gente procurava ter a maior isenção possível. Nunca deixei de fazer matéria sobre um grupo conservador com a mesma seriedade e isenção que fazia matéria sobre um grupo mais de vanguarda, embora fosse mais alinhada com a vanguarda. Se tinha que fazer uma matéria com o Ronaldo Caiado, fazia; se tivesse que fazer uma com o Lula, faria da mesma forma. Por dentro, a gente tem as nossas posições, mas, na hora de fazer o trabalho, não. Isto ficava bem claro: a gente estava ali para informar.

O critério jornalístico é você ouvir todos os lados, não se limitar. Se havia uma questão mais polêmica, como a reforma agrária, a gente tinha que ouvir o pessoal do lado da Direita, o pessoal do Centrão, tinha que ouvir todo o mundo e colocar a matéria de uma forma que as pessoas pudessem formar opinião. Os critérios jornalísticos que entendo são estes: ter isenção, ouvir todos os lados e apresentar a informação, não a sua opinião. Quem vai formar a opinião é quem vai ouvir. E isso foi seguido

19. A organização do trabalho

Quem decidia para qual bloco a gente iria eram os editores. A gente fazia tudo com a mesma intenção de fazer bem. A prioridade do assunto ou da decisão, se saísse o resultado de uma votação, era de controle dos editores. A nós cabia fazer a cobertura, entregar o trabalho, fazer os ajustes do que precisasse complementar, fazer as entrevistas.

Como eram blocos diários, a gente, às vezes, fazia um programa com mais de um tema e, às vezes, fazia outro com um tema só. Eu me lembro de um que a gente fez sobre uma questão importantíssima tratada lá, o meio ambiente. E o Deputado Fabio Feldmann¹⁶ fez uma proposta muito interessante que acabou se transformando na desvinculação do Arquipélago de Fernando de Noronha de Pernambuco. Nesse dia, lembro que coube a mim fazer uma matéria inteira sobre Fernando de Noronha. Foi um programa inteiro sobre o potencial de meio ambiente, sobre a necessidade de o arquipélago ter autonomia.

¹⁶ Fábio José Feldmann. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PSDB; Deputado Federal, 1995-1999, SP, PSDB.



A gente não se limitava ao plenário. Se um tema importante ia ser votado, antes a gente ia entrevistar o autor da proposta, para que, quando fosse votada, todo o mundo já soubesse o que era. Por isso, digo que era muito didático. As pessoas já sabiam: *“Hoje será votada tal coisa. E o que é tal coisa? É isso”*. Então, nesse ponto acho que a gente avançou muito até em termos de cobertura.

Entre as matérias, havia o que a gente chamava de matéria de clima. Matéria de clima era para você dizer: *“Olha, hoje tem um grupo tal, reivindicando tal coisa, vai ser votada tal coisa”*. A gente entrevistava o líder daquele grupo, lobista ou não. A gente fazia tudo isso. Era um trabalho bem amplo. Não se restringia à votação e à apresentação do processo. Era todo o clima que envolvia a Constituinte. Também davam todos os resultados, inclusive o que foi rejeitado, por que foi e como foi. Foi uma coisa tão intensa que a gente procurava fazer, e os editores ajustavam ainda mais ao tempo do programa.

Para trabalhar, a gente tinha máquina de escrever e uma sala. Era até uma sala grande, ali no corredor das Comissões. Não me lembro de qual era o número da sala. Lembro que, quando a gente entrava, era à esquerda, não sei se a segunda ou a terceira sala. Era uma sala bem grande. Lá ficavam as duas editoras e o Harisson¹⁷, que era o nosso apoio. A gente ia sentando nas várias mesas com máquina, ou então esperava o outro, ou ia escrever no comitê. Era um clima de bastante amizade, todo mundo sabendo da importância.

Muitos Deputados Constituintes iam até a sala do programa *A Voz da Constituinte* para conversar, para dar entrevista. Às vezes, iam só para dar um alô, e a gente aproveitava para fazer entrevista para o programa. Era um espaço livre, de livre acesso. Isso tornava o trabalho da gente não só mais agradável, como mais eficiente, porque a gente sabia que não precisava sair correndo atrás de alguém. Eles passavam lá.

20. Sem censura

Você chegava e tinha muita liberdade. A gente sentava e dizia: *“Olha, hoje serão discutidas tais e tais coisas. Você dá prioridade ao que tiver mais importância”*.

¹⁷ Harrison Reis.



Nesse ponto, a gente tinha liberdade de fazer isso e se comunicava o tempo todo: “*Olha, está havendo tal coisa*”. A gente discutia também o que ia fazer. A Ana Felícia chegava e falava assim: “*Olha, há tal coisa e tal coisa. Então, hoje vamos fazer sobre isso*”. Mas todo o material que a gente fazia era aproveitado, se não naquele dia, no dia seguinte. Não me lembro de nenhum tipo de pressão, não me lembro de nunca ter nada censurado, não me lembro de ela me fazer alguma recomendação: “*Não fala isso, não fala aquilo*”. Nunca. Era um trabalho bastante aberto. Tenho certeza de que não houve, em nenhum momento, nenhum tipo de censura, nem da parte das editoras nem da parte do pessoal da Câmara. A proposta era informar as pessoas do que estava acontecendo. Foi o que me foi apresentado e o que a gente fez.

21. A obrigatoriedade do programa

O programa era de veiculação obrigatória. Acho que a obrigatoriedade ajudou o programa porque era o tema do momento. O assunto do momento era a Constituição, a elaboração de uma nova Constituição, e o interesse era total, tanto que não me lembro de ninguém reclamando por ter essa obrigatoriedade. Pode ser até que tenha havido, mas acho que era um informativo mesmo, ao contrário do que acontece com *A Voz do Brasil*, que o pessoal ouve naquele horário, e se sabia que não ia ser uma coisa permanente, era só durante aquele período. Isso ajudava inclusive a pautar os jornais do que estava acontecendo. Era um informativo também para os jornalistas.

22. A rotina pessoal do trabalho

A gente lia os jornais do dia, pegava o que tinha que fazer e não parava. A gente raramente parava. A gente nunca parava nem para almoçar. Eu tomava o café da manhã e depois só ia comer à noite. Nessa época, eu fumava, então, era café e cigarro o dia inteiro.

Eu ficava fora o dia inteiro. Vinha de manhã, para fazer a cobertura pela EBN. Não, comecei à tarde pela EBN e, quando entrei no programa *A Voz da Constituinte*, mudei de horário, para não baterem os horários, porque acabava um serviço e começava o outro. Não podia ser no mesmo horário, porque eram coisas diferentes. No final, já estava cobrindo o programa à tarde. Estava cobrindo a EBN e a



RADIOBRÁS pela manhã e, quando terminava, às 3 horas da tarde, já engatava direto no *A Voz da Constituinte* e ia até acabar, até a última votação.

Era uma pessoa ausente em casa. Passava em casa para dormir. No fim de semana, se não tinha alguma coisa para fazer, ficava em casa com as meninas, com o meu marido, com meus pais, que moravam com a gente. Nessa época, meu pai já estava doente. Então, eu tinha que dar assistência em casa também. Eu era mais ausente, mas a gente se comunicava durante o dia inteiro. Deixava as meninas no colégio de manhã, antes de sair, e tinha um transporte para buscar. Só almoçava em casa no fim de semana. Durante a semana, não almoçava nem jantava. Só tomava café, depois ia comer só de noite. Mas valeu a pena. Foi uma época muito boa. Eu estava mais nova também e tinha mais pique. Hoje não faria nem um terço do que fazia.

22. Avaliação da Constituinte

A Constituinte foi um momento muito importante na vida de todos os brasileiros. É uma pena hoje — aí vai uma observação pessoal — ver que a credibilidade da classe política caiu tanto. Naquela época, havia uma confiabilidade maior. Independentemente da posição de cada um, a gente sentia que cada um queria dar a sua contribuição para melhoria da situação do País. Hoje, infelizmente, não vejo isso. Em vários daqueles Constituintes com quem convivi, independentemente da posição que tivessem, admirava a dedicação aos temas que estavam sendo discutidos em nome do País. Acho que isso falta agora.

Guardo esse período como um tempo de muita liberdade de expressão e de uma confiança de que estávamos contribuindo para melhorar a situação do País e as condições da população. Eu acho que esta é a melhor avaliação: nós realmente consolidamos a redemocratização do País, nós ajudamos para que isso acontecesse. Sinto-me como uma pessoa que contribuiu para isso, e com muito orgulho.

23. Avaliação dos programas de divulgação da Constituinte

Dos programas de divulgação da Constituinte, acompanhei mais de perto *A Voz da Constituinte*, um pouco do *Diário* e muito pouco do *Jornal*. Mas acho que a



orientação era a mesma. De perto, não sei como eles foram feitos, alguns apenas, como *A Voz*. Acredito que os demais também tenham sido benfeitos.

Não havia nenhuma intenção corporativa. Não era para mostrar o trabalho da Câmara, mas para mostrar o trabalho que estava sendo feito. As pessoas que trabalhavam se imbuíram desse espírito. Pelo menos de minha parte, eu me lembro de ter me imbuído desse espírito, assim como todos os que conheci. Estávamos prestando um serviço que deveria ser prestado da melhor forma possível, para que as pessoas pudessem formar suas opiniões.

Eu me senti muito feliz de fazer aquilo. Acho que evoluí muito profissionalmente. Aprendi muito e acho que o resultado final foi muito bom. Acho que dei uma contribuição bem legal. *A Voz da Constituinte* ouvia quando podia ouvir. Eu lia o que havia escrito e ouvia às vezes. Na parte da Agência, via a publicação. Acho que fiz um bom trabalho. Acho que o melhor trabalho que fiz na minha carreira profissional foi o da Constituinte. Eu me apaixonei pela política, pela boa política, pela arte da política. Era um momento muito feliz para mim quando vinha para cá. Nunca vim contrariada. Gostava do ambiente, do acesso livre a todos os locais.

Depois da Constituinte vieram outros presidentes. Nós tínhamos acesso livre a eles. Nós os encontrávamos nos corredores. Eles davam entrevistas. Isso não é comum para quem cobre os ministérios, para quem cobre o Palácio do Planalto. Você fica lá esperando que te chamem. Aqui não é assim, aqui você vai andando e conversando com as pessoas. O Deputado José Serra¹⁸, que era Constituinte e criticava as coisas, andava conversando com os jornalistas. Todos eles, o Ibsen Pinheiro¹⁹ e outros.

23. Avaliação da Constituição

Poucas pessoas reconhecem que fizeram uso do *habeas data*. Não sei se houve falta de mais divulgação, de as pessoas saberem ou não, mas há coisas

¹⁸ José Serra. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PSDB. Senador, SP, 1996-1998; 2002-2003; 2015-. Governador de São Paulo, 2007-2010; Ministro do Planejamento, 1995-1996; Ministro da Saúde, 1998-2002; Ministro das Relações Exteriores, 2016-2017.

¹⁹ Ibsen Valls Pinheiro. Deputado Federal, 1983-1987, RS, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, RS, PMDB; Deputado Federal, 1991-1994, RS, PMDB; Deputado Federal, 2007-2011, RS, PMDB. Presidente da Câmara dos Deputados, 1991-1992.



fantásticas ali que não foram usadas. Por que não foram usadas? É uma pergunta interessante de se fazer. Acho que faltou, depois de elaborada e promulgada a Constituição, que as pessoas se interessassem em explicar mais, destrinchar isso para as pessoas. Aprovou? Está pronta? Lindo! É a Constituição Cidadã. E agora? O que vamos fazer com isso? As pessoas sabem que podem usar isso? Senão vai ficando para trás. Na minha memória mesmo, muitas coisas ficaram para trás. Para as pessoas que não participaram, podem ter ficado menos lembranças ainda. Certamente ficaram menos ainda ou nem ficaram. Quando você fala em mandado de injunção, qualquer pessoa irá perguntar o que é isso: *“Para que eu posso usar? Eu tenho direito de usar? Como é que eu uso?”* Eu acho que faltou um trabalho posterior.

Quando se invoca a Constituição, invoca-se como uma coisa muito longínqua, o que não é verdade. Ela é para ser o nosso livrinho de cabeceira. Ela é a Lei Maior, que rege tudo. Cada um de nós tem obrigação de saber do que ela trata. Eu mesmo, às vezes, quando tenho uma dúvida, vou lá. Mas a maioria das pessoas não a consulta. Há pessoas defendendo coisas inconstitucionais. Por exemplo, o voto está bem explícito na Constituição. É ele que marca exatamente o direito ao voto direto, universal e secreto. Mas já se fala em eleição indireta. Isso é inconstitucional, não é? Talvez a pessoa nem saiba que exista isso.

O importante é lembrarmos sempre de fazer isso deslanchar. Antes de pensarmos em fazer outra Constituição, vamos fazer valer essa daí. Devemos fazer com que as pessoas conheçam os direitos que têm e os exerçam. As bases estão ali, mas falta vontade política de dar prosseguimento a isso, o que pode ser analisado à luz dos acontecimentos atuais, da situação atual. Nós podemos ver que não há disposição para isso. Nós não deslançamos porque falta vontade, porque há muitos interesses por trás para que não deslanchemos — como já havia naquela época, mas talvez agora um pouco mais. Naquela época era um momento especial da vida do País. Você estava amordaçado há 21 anos. De repente, você pode tagarelar à vontade sobre tudo que quiser falar. Você tem vontade de colocar suas ideias para fora. Você tem vontade de fazer as coisas acontecerem, independentemente do seu interesse pessoal. Acho que isso é o mais importante de tudo. Quanto ao resto, acho que fechou. Acho que está legal.



FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA

1 Data: 10/07/2017

2. Local: Sala das obras raras do Cedi

3. Duração: 1h

4. N° do arquivo: 004

5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota

6. Entrevistador: Rildo Cosson (P-6741) – Assistente: Lígia Cristina de Pinheiro da Silva (P-6183)

7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère (P-7479) – Diretora; Roberto Query – Cinegrafista; Roberto Jorge Bispo (P_3002831) – Auxiliar de Cinegrafista

8. Fotografia: Alex Ferreira de Oliveira (P_3019777)

9. Responsável pela transcrição: Detaq

10. Data da transcrição: 03/08/2017

11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota – P_6741